

Implicações da ética profissional do assistente social no espaço educacional

Professional ethics implications of the social assistant in the educational space

ELIANA BOLORINO CANTEIRO MARTINS*



RESUMO – A vertente temática do presente artigo refere-se ao desafio da materialização dos princípios ético-políticos do Serviço Social na efetivação do trabalho profissional desenvolvido, especificamente nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social no âmbito da Política de Educação Pública. Inicialmente, traz uma breve referência teórica sobre a ética e a ética profissional do assistente social; em seguida, aborda a relação deste conhecimento com a experiência profissional desenvolvida pela autora no Projeto de Extensão Universitária intitulado *Serviço Social na área da Educação*, promovido pela Faculdade de Serviço Social da Fundação Educacional “Antônio Eufrásio de Toledo” – Presidente Prudente/SP. O principal objetivo desta reflexão é provocar o debate sobre a concretização dos princípios ético-políticos do Serviço Social no trabalho efetuado neste campo de atuação profissional do assistente social.

Palavras-chave – Serviço Social. Ética profissional. Política de educação. Escola pública.

ABSTRACT – The thematic slope of the actual article refers to the challenge of materialization of the ethic-political principles of the Social Service in the realization of the professional work developed, specifically, in the social-occupational spaces of the Social Service in the Public Education Politics extent. Initially brings a brief theoretical reference about the Social Assistant ethics and Professional ethics, following, approaches the relation between this knowledge and the Professional experience developed by the author in the University Extension Project titled: *Social Service in the Education area*, promoted by the Social Service University of the Educational Foundation “Antonio Eufrásio de Toledo” – Presidente Prudente/SP. The main aim of this reflection is to provoke the debate about the realization of the ethic-political principles of the Social Service in the work, accomplished in this social assistant professional acting field.

Keywords – Social Service. Professional ethics. Education politics. Public school.

* Doutora pela PUC/SP; Docente do Departamento de Serviço Social da UNESP, campus de Franca/SP. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Serviço Social na área da Educação – GEPESSE. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br
Submetido em: março/2011. Aprovado em: maio/2010.

As reflexões que serão formuladas no presente artigo resultam do aprofundamento teórico sobre o tema: Ética e Serviço Social bem como o substrato teórico-prático da experiência profissional na área educacional, perfiladas por estudos e debates em relação à Política Educacional, seus fundamentos e sua operacionalidade no âmbito da Escola Pública (Educação Básica).

Na trajetória da Política Educacional brasileira, estão imbricados posicionamentos políticos e ideológicos que são determinados pelo contexto histórico, isto é, pelas forças políticas e os antagonismos dos projetos societários presentes naquela dada realidade.

No espaço da objetividade, na concretização das propostas educacionais estão implicadas a hegemonia e a contra-hegemonia, conforme expressão de um grande educador (SEVERINO, 1986). É, portanto, neste espaço sócio-ocupacional que foi possível vivenciar o trabalho profissional do Assistente Social e que aqui será explicitado.

Durante quase cinco anos, o Projeto de Extensão Universitária – *Serviço Social na área da Educação* – implantado e promovido pela Faculdade de Serviço Social da Fundação Educacional “Antônio Eufrásio de Toledo”, localizada em Presidente Prudente/SP, efetivou sua intervenção em Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual do referido município, localizadas na área central e na periferia e no último ano, na Diretoria de Ensino de Presidente Prudente.¹

Além de propiciar estágio supervisionado para os alunos, teve como objetivo principal efetivar a função social da Universidade, isto é, prestar serviços à comunidade atendendo solicitação da rede pública interessada em atender as demandas presentes na escola pública pertinentes ao Serviço Social. Desta forma consubstanciando-se a escola pública em um espaço sócio-ocupacional para este profissional.

A proposta de intervenção envolveu ações que abrangeram os educadores (diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico, professor, merendeira, servente, inspetor de aluno), alunos e suas respectivas famílias, inserindo a escola no espaço comunitário.

Para efetivar a intervenção profissional do Assistente Social na instituição escolar, foi necessário estudar a Política Educacional Brasileira, analisando-a no contexto das determinações históricas mais amplas.

Constatou-se que a educação sempre teve notório destaque na efetivação do projeto societário político-econômico de muitas nações, especificamente do Brasil.

Na contemporaneidade, em consequência das transformações societárias em curso, impulsionadas pela globalização, a educação tem sido destaque na agenda política dos países, principalmente aqueles dependentes e em processo de desenvolvimento, dentre eles o Brasil. O fundamento destas transformações é balizado no processo de desenvolvimento do capitalismo, que objetiva garantir o processo de acumulação capitalista impõe alterações no processo produtivo influenciando as relações de produção e reprodução da vida em sociedade e assim trazendo alterações no mercado de trabalho, nas relações do Estado e da Sociedade Civil, enfim em todas as esferas da vida em sociedade.

Neste contexto, a educação passa a ser vista como essencial sob duas perspectivas que se complementam, a primeira: a inserção dos países em desenvolvimento na economia mundial e, a outra, refere-se à formação dos jovens de acordo com os ditames e necessidades do mercado de trabalho, cada vez mais exigente e excludente, que demanda um novo perfil profissional, capaz de disponibilizar o “conhecimento” para executar uma multiplicidade de tarefas com prontidão para novas tecnologias e novas relações interpessoais.

A expectativa de atender a estas requisições está, explícita ou implicitamente, baseadas nas Leis e Projetos Educacionais, onde a missão da educação é preparar os jovens para o mercado de trabalho e formá-lo para uma sociabilidade que corresponda aos interesses do capital.

O grande desafio proposto neste artigo é pensar o trabalho profissional do Assistente Social na área da educação tendo como pressuposto os princípios ético-políticos do Serviço Social, explícitos no

Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993), com a finalidade de provocar um debate que possibilite o confronto do abstrato com o concreto, desvendando objetivações da Política Educacional e das implicações ético-políticas presentes na efetivação dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, especificamente neste espaço sócio-ocupacional.

Mas para compreender a relação do trabalho profissional do assistente social com os fundamentos éticos da profissão é necessário responder a seguinte questão: afinal o que é Ética?

Ética, como apreensão teórica da moral diz respeito aos seus fundamentos e a busca do significado histórico dado aos valores: diz respeito às raízes dos problemas, á busca da essência, ou seja, é um modo peculiar de olhar determinada dimensão da realidade (BARROCO, 1996, p. 81).

Por sua vez, a moral

é um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade. Estas normas, de caráter histórico e social, devem ser acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima e não de maneira mecânica e impessoal (VASQUEZ, 1984, p. 32).

Os fundamentos da ética são sociais e históricos; portanto, só o homem, ser social, age eticamente, pois só ele possui capacidades que são específicas do ser social, ou seja: sociabilidade, universalidade, consciência e liberdade.¹¹

A ética é sempre no sentido de emancipação humana, sendo que neste sentido o homem é o fim e não o meio. A condição básica para assegurar a liberdade é a capacidade objetiva, as condições concretas para ter opção de escolha, isto é, oportunidade de romper os impedimentos para desenvolver projetos que realizem e ampliem a liberdade.

Marx (1971), ao analisar o ser social do homem, afirma que

o existir humano decorre do agir, pois o homem se autoproduz à medida que transforma a natureza pelo trabalho. Esta ação transformadora se denomina práxis: atividade específica do ser social cujo modelo é dado pelo trabalho (BARROCO, 1999, p. 122).

As mediações envolvem a consciência, o conhecimento, a linguagem, o intercâmbio, a cooperação, a valorização dos objetos e das ações, além dos costumes e estão inscritas na práxis desenvolvida pelo trabalho criador da cultura. Portanto, o processo de reprodução do ser social, como sujeito histórico, consciente e livre, base de sua capacidade de ser sujeito ético tem como eixo fundamental o trabalho como práxis.

O homem como sujeito ético supõe racionalidade, escolha de valores, liberdade, responsabilidade, alteridade, emancipação e justiça social, pois só ele é capaz de agir teleologicamente, ou seja, possui “capacidade de projetar finalidades às ações, finalidades que contêm uma intenção ideal e um conjunto de valores direcionados ao que se julga melhor em relação ao presente” (BARROCO, 1999, p. 122). Este processo ocorre por meio de uma reflexão ética, que propicia uma visão crítica, fundamentada em pressupostos teórico-filosóficos que possibilita desvelar o que está por trás das coisas.

Diante desta breve aproximação ao conhecimento da ética, é possível enveredar as reflexões para outra questão fundamental: o que é ética profissional?

Recorre-se novamente a Barroco (2001):

a ética profissional é uma dimensão da profissão vinculada organicamente às dimensões: teórica, técnica, política e prática. Suas especificidades são dadas pelas particularidades das ações ético-morais, moral como dimensão normativa e espaço de realização da liberdade e pela reflexão ética (BARROCO, 2001 p. 32).

Ainda, segundo Barroco (2001), as dimensões da ética profissional e suas formas de objetivação são:

- teórico-filosófica – são os fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos que orientam os valores, princípios, visão de homem e mundo de uma determinada profissão;
- moral-prática – relaciona-se ao comportamento prático individual e organização coletiva que orienta seus juízos de valores, responsabilidade, comportamento social e direciona os projetos profissionais;
- normativa – expressa no Código de Ética Profissional: conjunto de direitos e deveres que são determinados pelos profissionais.

É importante destacar que o Código de Ética Profissional expressa o estágio de desenvolvimento de uma determinada categoria profissional, naquele determinado momento histórico, que reflete também o contexto social e suas lutas.

Portanto, para compreender os princípios que fundamentam o Código de Ética de uma dada profissão, é necessário resgatar a sua trajetória histórica, o desenvolvimento dos seus projetos sociais e as tendências éticas.

Estabelecendo um contato com esta trajetória, de forma panorâmica, constata-se que a presença do conservadorismo ético predominou no Serviço Social desde a sua emergência até a década de 1960, quando apareceram alternativas de outros projetos profissionais, influenciados pelas manifestações de protestos inerentes ao momento histórico. Porém os Códigos de Ética Profissional do Assistente Social de 1965-75, ainda não traduzem o avanço do projeto ético-político da profissão, no sentido de ruptura com as bases conservadoras.

Somente a partir de 1986, o Código de Ética reflete esta ruptura, apesar de não ter ainda maturidade ética e teórica suficiente para aprofundar as reflexões sobre a ética na profissão.

O amadurecimento teórico-metodológico e ético-político da profissão, resultante do acúmulo histórico, do debate profissional e das produções teóricas do Serviço Social, recuperando os estudos da teoria social de Marx e sobre filosofia somada as condições objetivas determinantes do momento histórico, culminou na elaboração do Código de Ética de 1993.

O Código de Ética – 1993,

ao indicar a centralidade do trabalho na (re)produção da vida social, revela a base objetiva de constituição das ações ético-morais: as capacidades que, desenvolvidas a partir da práxis, objetivam a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade do ser humano-genérico. Em função dessas capacidades objetivas explicitam-se os valores éticos fundamentais: liberdade, equidade e justiça social, articulando-os à democracia, a cidadania (BARROCO, 2001, p. 201).

É importante esclarecer que o Código, “coerente com sua fundamentação, explicitou seu diferencial em face do discurso liberal ao afirmar a democracia como valor ético-político” (BARROCO, 2001, p. 203).

Mas, diante do quadro político-econômico-social que se apresenta atualmente no Brasil, já exaustivamente analisado por assistentes sociais e outros estudiosos do tema, como viabilizar o compromisso profissional na objetividade da ação prática?

É certo que não é no âmbito de uma profissão que se encontram todas as respostas para a crise atual, na qual se defronta com a radicalidade da questão social nas mais perversas formas de desrespeito a vida humana, porém “os assistentes sociais têm que ter algo a dizer, visto que a defesa da igualdade, da liberdade e da justiça passa pela defesa da própria vida humana” (IAMAMOTO, 1996, p. 104).

Para que seja possível caminhar no desafio de efetivar, no trabalho profissional, o projeto ético-político, é preciso iniciar vencendo a dificuldade de expor a experiência profissional, pois nela está imbricada a postura ética.

O parâmetro para esta análise pauta-se no pensamento de Barroco (2000):

a ética é uma dimensão da vida social constituída pela moral e pela capacidade humana de ser livre. Quando os indivíduos sociais organizados coletivamente conseguem superar os entraves à autonomia, à decisão a respeito das normas, às escolhas, estamos diante de situações históricas nas quais a liberdade deixa de ser um valor e uma possibilidade para se transformar em realidade concreta. Isso não ocorre somente em momentos revolucionários; trata-se de conquistas relativas a cada momento histórico que vão dando consistência a transformações sociais de medidas diversas (BARROCO, 2000, p. 60).

Diante desta fundamentação se problematiza a relação do trabalho profissional do assistente social e a ética profissional no espaço educacional, especificamente no cenário da escola pública, conforme descrito no início do texto, com intenção de identificar no cotidiano do trabalho profissional as possibilidades de construir, eticamente falando, projetos sociais que ampliem a realização da liberdade, da democracia e da defesa dos direitos humanos.

O cenário escolar é um espaço social rico e fecundo, onde as contradições sociais, o jogo de forças e a luta pelos direitos de cidadania estão pulsando, espelhando a realidade como ela é no restante da sociedade.

A população atendida pelas escolas públicas é a mesma que participa de outras instituições públicas ou privadas, de políticas sociais, nas áreas da saúde, assistência social, habitação etc.

O diferencial na instituição escolar é o vínculo estabelecido com os seus usuários (alunos-famílias) pela relação do tempo de permanência do aluno na instituição e a constância deste relacionamento. Portanto, a instituição escolar estabelece, direta ou indiretamente, um vínculo com a comunidade onde está inserida, de forma passiva ou ativa.

Para uma aproximação deste cenário, foi preciso reconstruir as mediações, que significam:

- conhecer a política de educação e a política institucional da escola articulando a uma análise crítica desta realidade as determinações impostas pelo contexto mais amplo da sociedade;
- desvelar as relações de poder e saber dos profissionais interlocutores com o assistente social;
- apreender como são estabelecidas as relações entre profissionais, alunos, famílias e comunidade;
- identificar as demandas concretas da comunidade escolar (educadores,alunos,famílias).

Reconstruindo estas mediações, a própria dinâmica da instituição fornece pistas e indicativos para estabelecer ações de acordo com a orientação do projeto ético-político do assistente social, aproximando o trabalho profissional às reais necessidades da população usuária, que geralmente estão veladas.

Estes subsídios propiciaram a elaboração de uma proposta de intervenção, que resgatasse a perspectiva da totalidade, isto é, obter uma visão abrangente sobre a realidade do ambiente escolar. Supõe um conhecimento crítico apreendendo os fatos e processos a partir da função que desempenham na estrutura, conjuntura e contextos histórico-sociais e na interrelação entre universal/particular/singular, desta forma, do ponto de vista da totalidade.

Neste sentido:

a racionalidade crítica-dialética recolhe suas categorias analíticas na própria realidade, percorre-as, estabelece seus vínculos, sai em busca de mediações, satura seus objetos de determinações e reproduz, no nível do pensamento, as múltiplas e complexas relações que se processam na realidade (GUERRA, 1997, p. 58).

É nesta busca da totalidade que foi possível compreender os complexos mais abrangentes que permite assinalar alguns parâmetros para a intervenção profissional.

Uma das estratégias foi estabelecer o diálogo com a comunidade escolar (diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico, professor, merendeira, servente, inspetor de aluno, aluno e família), atores que direta ou indiretamente estão vinculados ao processo educativo desencadeado pela escola. Considerando também que cada segmento, enfrenta de forma diferente as problemáticas relacionadas ao espaço escolar.

A efetivação deste relacionamento ocorreu da seguinte forma:

- professor/diretor/vice-diretor/coordenador pedagógico – por meio da participação quinzenal do Serviço Social nas reuniões de horas de trabalho pedagógico – HTP, tendo como objetivo refletir sobre temas de interesses dos educadores, decodificando o social sempre na perspectiva da interdisciplinaridade;^{III}
- família – realização de reuniões bimestrais com os pais, visitas domiciliares e atendimentos individuais, quando necessários, tendo como um dos objetivos efetivar uma ação socioeducativa estabelecendo um diálogo família, escola, comunidade;
- funcionários em geral – atendimentos individuais, contato informais, visando principalmente, proporcionar a estes agentes educadores identificar-se como tal na prática profissional diária;
- alunos – contatos informais no recreio, atendimentos individuais, proporcionando espaços de expressão de suas dúvidas, expectativas, angústias próprias da sua faixa etária.

No cotidiano do trabalho profissional, o assistente social pode detectar demandas objetivas: expressões da “questão social” (desemprego, fome, doenças, dificuldade de acesso aos serviços sociais públicos etc.) e demandas subjetivas, ou seja, aquelas relacionadas a perspectiva ideológica dos sujeitos pertencentes a comunidade escolar, que geram preconceitos e concepções distorcidas sobre a realidade social, que são próprias do senso comum orientado por um “modo capitalista” de pensar que “informado pela ideologia dominante cinicamente indiferente, faz vistas grossa á várias e sutis formas de violação dos direitos humanos” (PAIVA; SALES, 1996, p. 185). Desse caldo de cultura, propício ao arbítrio e ao autoritarismo, é que se atribuem as visões de mundo presentes na escola pública, tais como:

- para que educar se são preguiçosos por natureza;
- as famílias não participam da escola por falta de interesse;
- os alunos têm problemas de aprendizagem porque as suas famílias são desestruturadas;
- a pobreza é culpa dos indivíduos;
- mães: meu filho não serve para o estudo, é muito ‘burro’.

É preciso considerar que existem tendências morais dominantes (que de alguma forma estarão atendendo a necessidades e/ou interesses) privados e/ou coletivos, mas isto não é absoluto, pois o dinamismo e a contraditoriedade da realidade social permite a coexistência de códigos morais em oposição. Dadas às peculiaridades da moral, sempre existem uma margem de possibilidade relativo ás condições históricas de não aceitação das normas e valores dominantes, o que implica a criação de outros valores ou de outros significados para os valores e

normas, uma vez que eles são necessários a convivência social (BARROCO, 1999, p. 124).

O decifrar da realidade, isto é, do processo de produção e reprodução da sociedade capitalista, por intermédio das informações, dos conhecimentos propiciam o processo de transformação das práticas conservadoras.

A constante reflexão conduz a permanente crítica e autocrítica de todos os sujeitos envolvidos na escola, que passam a recusar o arbítrio e o autoritarismo nas relações estabelecidas entre os profissionais e estes com alunos-famílias e vice-versa.

A visão de totalidade cunhou a intenção do Serviço Social, tanto na perspectiva da análise da Instituição escolar, quanto no conhecimento dos protagonistas nela existentes e também na relação da escola – comunidade.

Nesta perspectiva, refletiu-se com os membros da comunidade escolar, envolvidos na escola a concepção de criança e de adolescente. Concluiu-se que a criança que vai a escola não é uma “criança pedagógica”, é um ser genérico que traz necessidades biológicas, sociais, culturais, econômicas construídas historicamente de acordo com as condições da classe social a qual pertence.

O processo de aproximação com o cotidiano destas crianças e famílias revela as suas condições materiais de vida e as dificuldades para satisfazê-la, bem como os sentimentos de inferioridade, incapacidade social e subalternidade, esculpidas historicamente, por sua condição de classe subalterna.

As transformações societárias que emergem no mundo contemporâneo, sob a lógica excludente e destrutiva do capital, aprofundadas no processo de globalização neoliberal, provocam o desemprego, o subemprego, o acirramento das expressões das questões sociais, aliado à retração do Estado em suas responsabilidades públicas, ocorrendo um processo de ‘refilantropização da questão social’, conforme denomina Yasbek (1995).

Neste contexto, as políticas sociais, que são espaços contraditórios atendendo as demandas do capital e do trabalho, dependendo das forças sociais presentes naquele determinado momento histórico, configuram-se no momento atual, como um importante terreno de lutas de classes, “face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos de corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho” (BEHRING, 2009, p. 316).

As mudanças contemporâneas, a reestruturação produtiva e a contra-reforma do Estado, têm impactos deletérios nas condições cotidianas de trabalho e de vida da população ampliando os índices de pobreza. Este panorama influencia a vida das famílias, crianças e adolescentes da escola pública e também dos educadores e outros profissionais em geral.

Neste terreno tencionado entre as demandas concretas da população, usuárias do Serviço Social e a precariedade de recursos advindas da minimização das repostas do Estado às expressões da questão social, é que o assistente social precisa produzir estratégias teórico-metodológicas e ético-políticas para intervir nestas demandas imediatas, porém não deve limitar sua intervenção ao enfrentamento, apenas de fatos isolados, individuais e estanques.

Para isso, é preciso coletivizar as demandas e desencadear um processo gradativo de orientação e organização dos sujeitos visando realmente, efetivar um dos princípios do Código de Ética Profissional: “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade com vistas à garantia de direito civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras” (Código de Ética Profissional do Assistente Social, 1993).

O giro operado pelo novo contexto internacional, posto pela reestruturação do capitalismo, implementado por uma nova orientação macroscópica, conforme citado anteriormente, objetiva promover a integração mais rigorosa dos países ao sistema econômico mundializado. O Brasil participa desta integração, considerando os determinantes da sua conjuntura histórica, conforme as exigências do grande capital, sucumbindo-se de forma subalterna.

Este processo incide sobre a Política da Educação que passa a ser prioridade no mundo, pelo menos no discurso político-ideológico, e diversos países se mobilizam, realizando Conferências e Encontros Internacionais, promovidos sob a égide de diversos organismos internacionais: ONU – Organizações das Nações Unidas, Unesco, Banco Mundial, etc.

Estes eventos estabelecem um consenso vinculando a educação à condição de meio fundamental para o progresso pessoal, social, econômico, cultural, sendo também considerado instrumento para formação de recursos humanos, visando atender as transformações produtivas.

No conjunto das proposições/prescrições – expressa na regulamentação jurídica de diversos países, especificamente o Brasil, observa-se uma opção, no primeiro momento, pela democracia participativa, solidária, crítica e criativa. Há que se considerar, no entanto, a lógica liberal e economicista que fundamenta a concepção de educação destes fóruns internacionais, assumindo como função à adaptação do indivíduo à sociedade e às novas condições da economia e do modelo de crescimento adotado.

Relacionar os reflexos desta conjuntura mais ampla com as instituições escolares é uma tarefa contínua, pois quanto mais nos aproximamos da realidade para tentar desvendá-la, mais complexa ela se apresenta.

A democratização da educação e a construção da cidadania, princípios assumidos nos textos legais encontram entraves e limites relacionados à própria estrutura institucional da educação. A viabilização da universalização do acesso à educação básica, não garante, de forma efetiva, a qualidade da educação, nem a efetivação da democratização das relações internas e externas a escola.

A consolidação de uma gestão democrática, participativa na escola, não é um processo espontâneo e fácil, é um processo de construção coletiva, que se materializa por meio de avanços e retrocessos, presente nas ações e reflexões diárias dos envolvidos e no entendimento sobre os fundamentos da participação.

Neste aspecto, analisando as legislações pertinentes a organização da Política de Educação, especificamente no Estado de São Paulo, verificou-se que a escola pública possui várias instâncias de participação, fruto do processo de luta dos educadores ao longo da trajetória para a democratização da gestão escolar, tais como: Conselho de Escola, Grêmios Estudantil, Associação de Pais e Mestres^{IV}, porém a consolidação da participação efetiva ainda não ocorreu devido a inúmeros entraves que vão desde a intencionalidade e o compromisso dos agentes singulares presentes na escola até os limites e objetivos da sociedade burguesa que se estrutura a partir da explicitação de uma classe sobre a outra.

O assistente social inserido neste contexto educacional contribuiu para a efetivação da democratização, tanto no que tange a relação democrática estabelecida entre o assistente social e os usuários do Serviço Social, rompendo com práticas tradicionais de controle e tutela, como estabelecendo ações que viabilizem o alargamento dos canais de participação de todos representantes da escola nas decisões institucionais, por meio de ampla socialização de informações.

A participação do Serviço Social, integrado à equipe de educação, no planejamento do projeto sócio-pedagógico da escola, contribuiu para um ‘olhar’ diferenciado para as questões sociais, que apesar de não estarem diretamente relacionados ao processo pedagógico, incidem, sobremaneira, sobre ele, portanto auxiliando a escola a atingir a sua função social.

Referente à gestão democrática nas relações estabelecidas com educadores, famílias e comunidade, incidem dificuldades que podem ser consideradas exógenas e endógenas à instituição escolar, que se projetam, principalmente, nas instâncias de poder decisório.

Marcados pela cultura da não participação, traço histórico e ideológico imprimido aos brasileiros, os sujeitos envolvidos com a escola pública permanecem no imobilismo, cristalizando preconceitos, fatalismos e omissões. Eles não se veem como sujeitos capazes de interferirem nos rumos da educação, raramente discutem a função social da escola e os papéis que cada um exerce no processo educativo.

O Serviço Social contribui neste processo de democratização da escola pública, em diferentes dimensões: facilitando a universalização do acesso e a permanência do aluno na escola; na inferência da participação de todos os elementos envolvidos na escola nas instâncias de poder decisório e na relação da escola com a comunidade, dirimindo obstáculos que permeiam este relacionamento.

É preciso ainda, conectar esta realidade particular a um contexto mais amplo visualizando os determinantes que incidem sobre aquela comunidade, só assim será possível romper a alienação que a lógica capitalista impõe às pessoas e instituições.

Na ótica da totalidade e na apreensão da dinâmica da vida humana, o Serviço Social, apropriando-se do conhecimento teórico-metodológico e ético-político, descobriu caminhos para a intervenção profissional.

Em relação às famílias e alunos, o Serviço Social realizou uma intervenção socioeducativa, no sentido desenvolver o senso crítico que reflete nos hábitos, modos de pensar e agir, enfim nas diversas relações sociais estabelecidas na sociedade. O fortalecimento destas famílias, através da informação, principalmente dos seus direitos sociais, facilitou o acesso das mesmas aos serviços prestados pelas políticas sociais.

Restabelecer o diálogo escola-família, dirimir as dificuldades que interferem no processo ensino-aprendizagem, concebendo a criança e o adolescente como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, conforme os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, formando-os como sujeitos de direitos e deveres perante a sociedade é uma das atribuições efetivadas pelo Serviço Social.

No que se refere aos educadores, à intervenção fundamentou-se na perspectiva de interdisciplinaridade, articulando o saber, a vivência, a escola e a comunidade, com o objetivo de interação que traduz na prática por um trabalho coletivo. Neste processo a interpretação dos fatos cotidianos foi vinculada a uma análise de conjuntura, reconhecendo a singularidade, particularidade e universalidade das situações enfrentadas pelos docentes e discentes.

Outra frente de trabalho do assistente social foi à articulação da escola com a sociedade, isto é, as demais instituições representantes de políticas públicas e as organizações não governamentais, para que os interesses da maioria adquiram visibilidade na cena pública, tornando-os passivo de serem considerados e negociados no âmbito das decisões políticas. Esta articulação aglutinou forças progressistas comprometidas com a formação de projetos societários de interesse da população, criando propostas alternativas de ação conjunta, principalmente na área de saúde (Posto de Saúde do bairro) e assistência social (Secretaria Municipal de Assistência Social).

O trabalho profissional acima descrito revela o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados a população e com o aprimoramento intelectual do profissional na perspectiva de competência profissional” (Código de Ética Profissional – 1993).

A concepção de competência almejada para nossa profissão, compreende a capacidade de crítica teórica, consistência histórica, mais refinamento político, habilidade para projetar estratégias no desempenho de atividades técnicas e políticas, e mais, superação de perspectivas reducionistas e unilaterais como praticismo, teorismo, ecletismo e voluntarismo (PAIVA; SALES, 1996, p. 205).

Outra questão central, pensando eticamente a intervenção do Serviço Social, refere-se ao empenho na eliminação de qualquer forma de preconceito de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. Neste sentido, supõe-se o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças. Sabe-se que a eliminação total do preconceito não é possível, porém é preciso aprender a aceitar as diferenças.

Para analisar este aspecto da intervenção profissional do assistente social diante das diferentes realidades culturais com as quais trabalha, é preciso reportar-se ao entendimento da cultura.

A cultura deve ser compreendida como parte da política e do poder. Nesta perspectiva pode-se analisá-la como forma de produção por meio da qual os

seres humanos tentam mediar à vida diária pelo uso da linguagem e de outros recursos materiais. Mais importante nesta concepção, a cultura é uma esfera de luta e de contradição e deve ser vista como inacabada como parte de uma luta continuada de indivíduos e grupos para definir e afirmar suas histórias e espaços de vida [...]. Como forma de dominação silencia ativamente as culturas subordinadas. Como forma emancipatória a cultura é uma expressão concreta da afirmação da resistência do desejo e da luta do povo para se “representar” como agentes humanos, estabelecendo seu lugar de direito no mundo (GIROUX, 1987 apud GOMES, 1999, p. 18).

O Serviço Social intervém na objetividade/subjetividade da vida humana, como faces da mesma ‘moeda’, atravessando o modo de ‘ser’ dos sujeitos – afetividade, sentimentos, emoções – olhando vários ângulos, buscando melhorar a qualidade de vida, a humanização das relações sociais, a participação, enfim, buscando outro modo de relacionar-se, produzindo mudanças nas pessoas e nas instituições.

Desta forma, o assistente social atuando nas relações sociais, defronta-se com valores culturais e sociais presentes nos diversos contextos culturais, e precisa estar atento para as questões éticas que norteiam a sua prática profissional.

Portanto, o assistente social deve preconizar o respeito às diferenças e ao outro, isto não significa invocar a neutralidade, impossível de se efetivar, mas contribuir na construção de uma cultura humanista, democrática e plural. Conforme afirma Netto (1999), “para que a diferença possa aparecer é preciso que haja igualdade”.

Cabe ao profissional – assistente social, na efetivação do seu trabalho, lutar pela liberdade, construindo sujeitos autônomos, o que implica o resgate de categorias éticas fundamentais como responsabilidade, compromisso, alteridade.

A instituição escolar, “espaço de transmissão sistemática do saber historicamente acumulado pela sociedade, com o objetivo de formar os indivíduos, capacitando-os a participar como agentes na construção desta sociedade” (RIOS, 1993 p. 34) faz parte da sociedade e tem com o todo uma relação dialética, portanto tem uma função contraditória, ao mesmo tempo em que é fator de manutenção, ela também transforma a cultura.

Por isso, cabe ao assistente social, refletir com os educadores a influência da educação na formação de valores dos alunos, resgatando a concepção dos indivíduos como sujeitos de direitos. Provavelmente, este referencial ético-político mobilizará as suas atitudes de interação na realidade social alterando, significativamente, as relações sociais estabelecidas com a sociedade.

A escola é um espaço de construção de contra-hegemonia, como cita Severino (1986), enquanto apropriação de um conjunto de conhecimentos, atitudes, habilidades e valores, capazes de forjar a liberdade, de propor o reconhecimento do homem como sujeito de sua própria história.

Ao abordar o referido trabalho profissional do assistente social na escola pública, tornam-se subjacentes os princípios e pressupostos definidos no Código de Ética Profissional do Assistente Social – 1993 e que vem sendo defendido por parte hegemônica da categoria.

Nele estão implícitos principalmente

a liberdade, parceira da equidade e da justiça social, daí decorrendo a defesa da autonomia e da plena expansão dos indivíduos sociais, o que conduz à defesa dos direitos humanos e à recusa aos arbítrios e todos os tipos de autoritarismos (IAMAMOTO, 1996, p. 102-103).

Nesta direção, o Código de Ética Profissional do Serviço Social preconiza a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação e do poder político e da riqueza socialmente produzida. Perspectiva que

implica a defesa intransigente da cidadania, capaz de estender-se tanto àqueles que criam a riqueza e dela não se apropriam, quanto aos excluídos do mercado

de trabalho, preservando e ampliando os direitos civis, sociais e políticos do conjunto de trabalhadores (IAMAMOTO, 1996, p. 103).

O desafio de efetivar este projeto ético-político profissional no trabalho profissional do assistente social pressupõe romper obstáculos, planejar estratégias, articulando forças com outros profissionais envolvidos no cenário das instituições (políticas públicas e privadas) para enfrentar a radicalidade das questões sociais e assim defender a vida humana acima de tudo.

O Serviço Social deve comprometer-se com valores e não com os interesses de uma ou outra classe social e sim compreender que é neste campo de tensões de interesses contraditórios que existe a possibilidade de construir propostas alternativas coletivas, que contribuam com o conjunto das forças sociais democráticas da sociedade em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerações finais

O processo de reflexão do trabalho profissional do assistente social no espaço educacional, especificamente a escola pública, relacionando-o ao projeto ético-político da profissão é um campo de análises muito fecundo e demanda aprofundamento, que não se esgotam nos limites deste texto, que é apenas um convite a este instigante desafio.

Diante da sociedade contemporânea, muitas vezes, depara-se com o imobilismo, que é considerado a 'arma perfeita' a favor da manutenção da ordem estabelecida. Em resposta a isto, vale citar o pensamento de Maria Lucia Silva Barroco, com o qual, se compartilha esta autora:

[...] a possibilidade de transformação dessa realidade adversa continua a ser tarefa do homem quando organizados politicamente em torno de projetos de ruptura: nosso empenho, nessa direção também se fortalece nas pequenas batalhas cotidianas que, embora limitada profissionalmente, podem consolidar politicamente o projeto profissional coletivo – a forma de resistência objetiva mais coerente com as intenções éticas assumidas (BARROCO, 1999, p. 134).

Referências

- BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Ética e sociedade*. Brasília/DF: CFESS, 2000.
- _____. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In: *Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 02*. Brasília: CEAD, 1999.
- _____. *Ontologia social e reflexão ética*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC/SP, 1996.
- _____. Bases filosóficas para um reflexão sobre Ética e Serviço Social. In: BONETTI, D. A. et al. (Org.). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 71-83.
- BEHRING, E. R. *Política social no contexto da crise capitalista*. In: Curso de Capacitação em Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- BRASIL. CFESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: CFESS, 1993.
- DECRETO nº 43.948, de 9 de abril de 1999. Reorganização das Delegacias de Ensino. Dispõe sobre a alteração da denominação e a reorganização das Delegacias de Ensino, da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. Disponível em: www.educacao.sp.gov.br. Acesso em: 03 jun. 2011.
- GIROUX (1987) apud GOMES, R. N. Multiculturalismo e currículo: reflexões. *Gestão & Desenvolvimento*, v. 4, n. 2, jul./dez. 1999, p. 73-81.
- GUERRA, Yolanda. Ontologia social e formação profissional. In: *Ontologia social, formação profissional e política*. Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista – PUC/SP, 1997.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: *Serviço Social e ética – convite a uma nova práxis*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 87-104.

MARX, Karl. *Fundamentos de la crítica de la economía política – esbozo de 1857-1858 (Grundrisse)*. Tomos I e II. Havana: Instituto del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 1971.

NETTO JOSÉ. P. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea*. In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 01. Brasília: CEAD, 1999.

PAIVA, B. A.; SALES, M. A. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, D.A. et al. (Org.). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 174-208.

RIOS, T. A. *Ética e competência*. São Paulo: Cortez, 1993.

CULLEN et al. apud SÁ, J. M. (Org.). *Serviço Social e interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão*. São Paulo: Cortez, 1998.

SEVERINO, A. J. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.

VÁSQUÉZ, A. S. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

YAZBEK, M. C. *A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social*. São Paulo, ABONG, 1995. (Cadernos Abong, n. 3)

^I Regulamentada pelo Decreto 7.510, de 9 de janeiro de 1976, se constituem em uma das organizações descentralizadas da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (que possui 91 Diretorias de Ensino distribuídas no Estado de São Paulo). A Diretoria de Ensino de Presidente Prudente é responsável pela coordenação dos 50 municípios pertencentes à Região de Presidente Prudente. Fonte: Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo. Site: www.educacao.sp.gov.br.

^{II} Liberdade: “Capacidade essencial do homem dada pela possibilidade de escolher, com autonomia, isto é, conscientemente, livremente. A liberdade é uma capacidade e um valor; capacidade porque torná-se valorosa na história do ser social. É ainda liberdade de e para; de, no sentido de superação dos entraves às escolhas e para no sentido do vir a ser, ou seja, da realização de projetos que realizem e ampliem a liberdade” (BARROCO, 1999, p. 123).

^{III} Interdisciplinaridade: a relação de reciprocidade, de mutualidade, um regime de copropriedade, possibilitando o diálogo, onde as diversas disciplinas levam a uma interação, a uma intersubjetividade, condição para a efetivação do trabalho interdisciplinar (CULLEN et al. apud SÁ, 1989, p. 83).

^{IV} O Conselho de Escola é um colegiado, de natureza consultiva e deliberativa, constituído por representantes de pais, professores, alunos e funcionários, sendo regulamentado pela Lei Complementar 444/85, art. 95. O Grêmio Estudantil é uma entidade autônoma representativa dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidade educacional, cultural, cívica, desportiva e social, sendo regulamentado pela Lei Federal 7.395, de 31 de outubro de 1985. A Associação de Pais e Mestres é uma entidade auxiliar da escola, criada com a finalidade de colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade. Fonte: Site: <http://www.educacao.sp.gov.br>